

Região Amazônica:

Desafios e Estratégias em Segurança Alimentar e Nutricional

Neideana Ribeiro | Unicef Manaus

Importância da região Amazônica para biodiversidade, povos indígenas e ribeirinhos.



A Amazônia concentra a maior biodiversidade do planeta, com potencial para garantir dietas diversificadas e sustentáveis;



É território de mais de **180 povos indígenas e milhares de comunidades ribeirinhas**, cuja alimentação depende da pesca, agricultura familiar, extrativismo e **trocas comunitárias**.

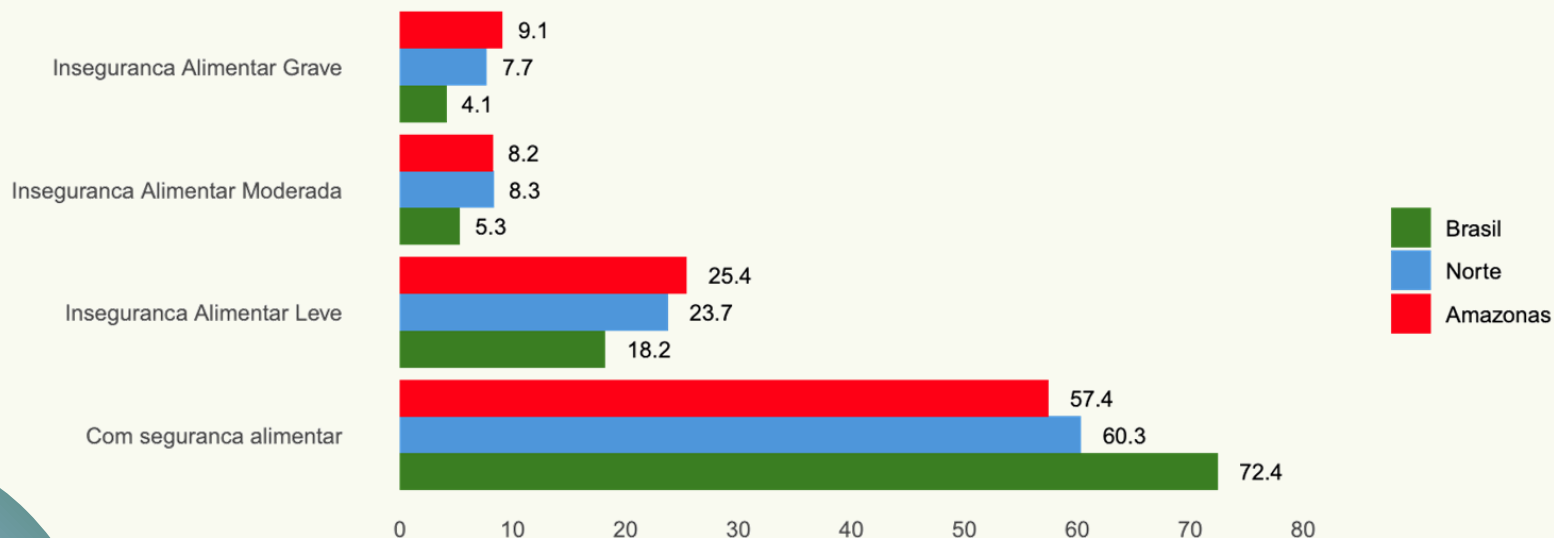


As mudanças ambientais (estiagens, cheias extremas, queimadas) e os desafios logísticos comprometem o acesso regular e adequado a alimentos



Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADc – IBGE)



Gráfico 01 – Percentual de domicílios por situações de insegurança alimentar – Brasil, Grande Região e Amazonas (2023)



Fonte: PNAD Contínua (4o trimestre)/IBGE

Elaboração: MDS

**Como a seca de 2023 e 2024
afetaram a nutrição infantil na
região e que aprendizados ficaram
para lidar com futuras emergências?**



Impactos das mudanças climáticas sobre a ISAN na Amazônia na nutrição infantil



330,000 crianças afetadas em 62 municípios do AM que decretaram situação de emergência por seca extrema. Mais de **2,2 mil comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas** em situação de isolamento.

2023 | 2024 O Amazonas enfrentou a pior seca histórica, afetando comunidades ribeirinhas e indígenas



IMPACTOS NA SAÚDE

Aumento de doenças diarreicas, respiratória, desidratação e desnutrição.

01



INSEGURANÇA

Hídrica, alimentar e nutricional.

02



DIFICULDADE DE ACESSO

Aos serviços essenciais: saúde, educação, assistência social.

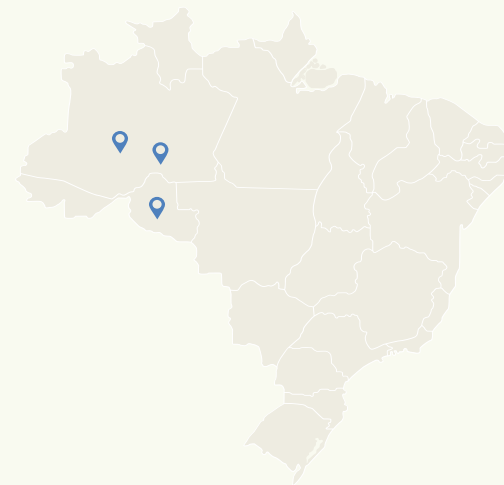
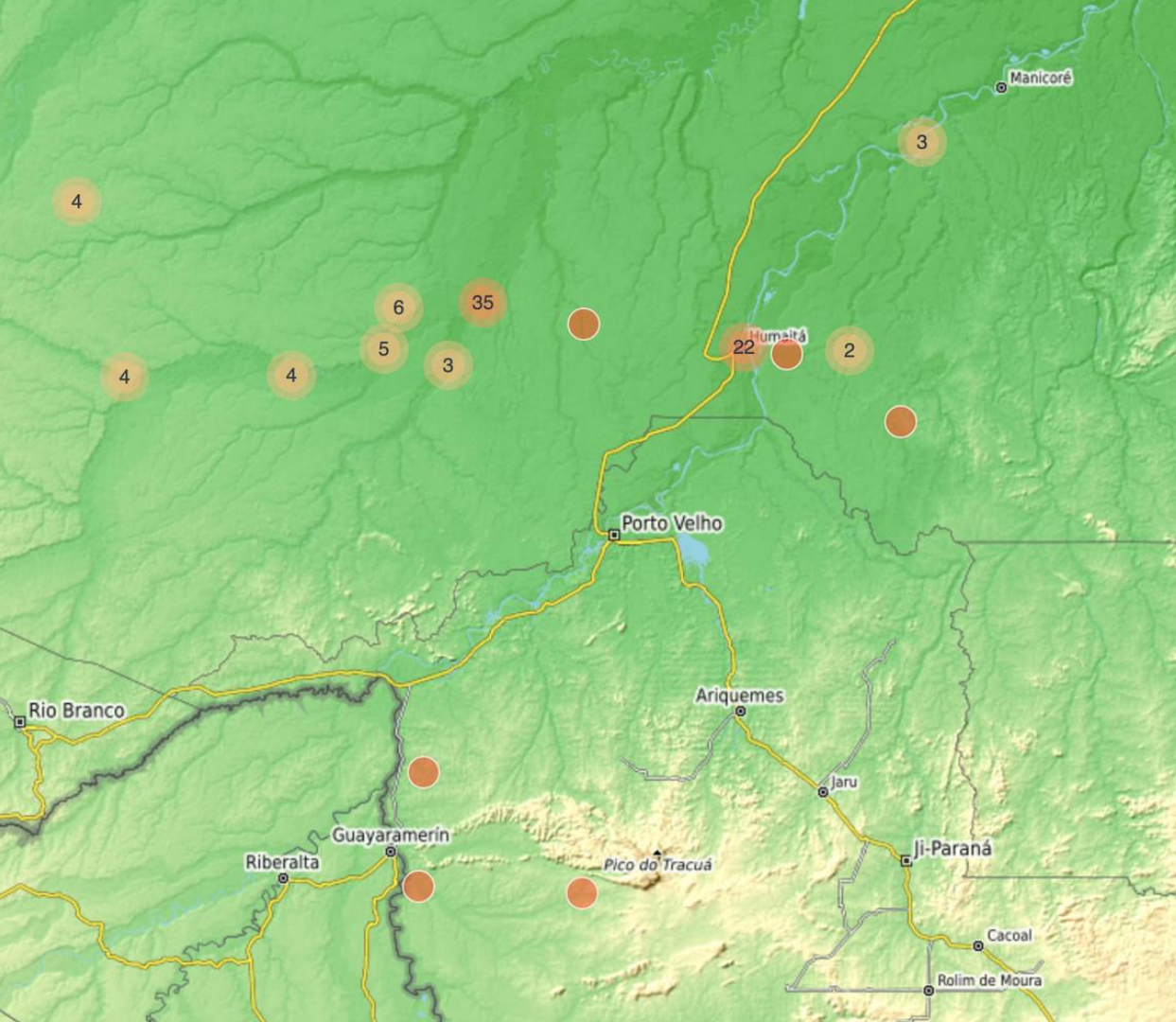
03





Levantamento das necessidades no Sul do Amazonas

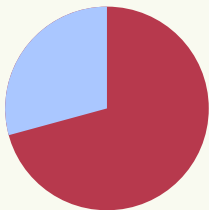




- Comunidades Indígenas e Ribeirinhas
- Pequenos Produtores Rurais
- Governo do Amazonas
- Prefeituras
- SESA
- DSEI Médio Rio Purus (Lábrea)
- DSEI Porto Velho (Humaitá e Guajará Mirim)
- COSEMS - AM
- Igrejas e Associações
- OSCs - CPT e CIMI

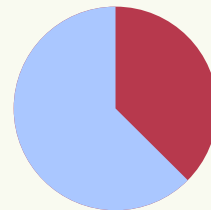


79%



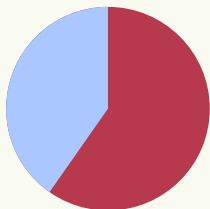
Das famílias alegaram que **faltou comida** para as crianças em casa

24%



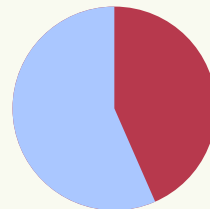
Das famílias **dependem da pesca** para se alimentar.

60%



Das famílias precisaram **comer menos**

46%



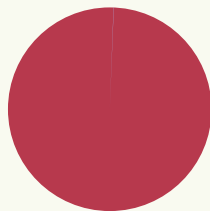
Das famílias adquiriu alimentos por **meio de colheita, troca ou doações**

As comunidades relataram diminuição da quantidade e do tamanho de peixes



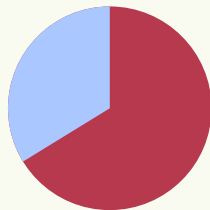
Todas as famílias entrevistadas dependem de poços, rios ou igarapés para ter acesso a água

100%



dos entrevistados não faz nenhum tipo de tratamento na água coletada

70%

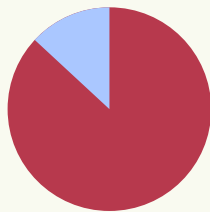


70% das famílias disseram não ter ocorrido nenhuma medida de emergência para garantir o acesso a água durante a estiagem

- Todas as famílias entrevistadas dependem de poços, rios ou igarapés para ter acesso a água
- Apenas metade das famílias entrevistadas têm acesso a itens básicos de higiene
- As comunidades relataram diminuição da quantidade e do tamanho de peixes

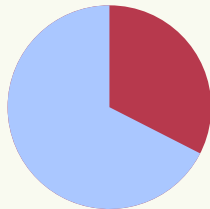
Impactos relatados pelas lideranças comunitárias: isolamento, falta de distribuição de insumos, alteração na navegabilidade por conta da fumaça

71%



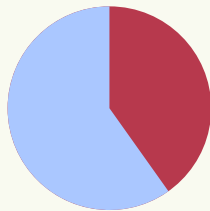
das comunidades relataram alteração nos atendimentos de saúde

31%



das comunidades relataram não acesso aos serviços de saúde

46%



das comunidades relataram alteração nos atendimentos de pré-natal

Lideranças locais e famílias informaram o **aumento nos casos de diarreia** em crianças durante a estiagem, assim como **problemas respiratórios** causados pela fumaça das queimadas



Serviço Pastoral dos Migrantes/Amibai Brasil

Antonia Santos, ribeirinha da comunidade Nossa Senhora Aparecida - Lábrea/Amazonas. Vive na região há mais de 20 anos. “Nunca vi uma seca como essa de 2024. Os peixes foram embora e os que ficaram diminuíram muito.”

Antonia é uma das lideranças comunitárias que resiste na região. A coleta ainda é feita em uma bomba manual e a água, aparentemente, possui quantidade significativa de ferro e manganês. A água, depois de captada, não passa por nenhum tratamento e o seu consumo se dá após decantação (processo de separar impurezas sólidas da água) sendo essa uma iniciativa da própria comunidade.



Barreiras ao acesso e à produção alimentar na Amazônia



unicef
para cada criança

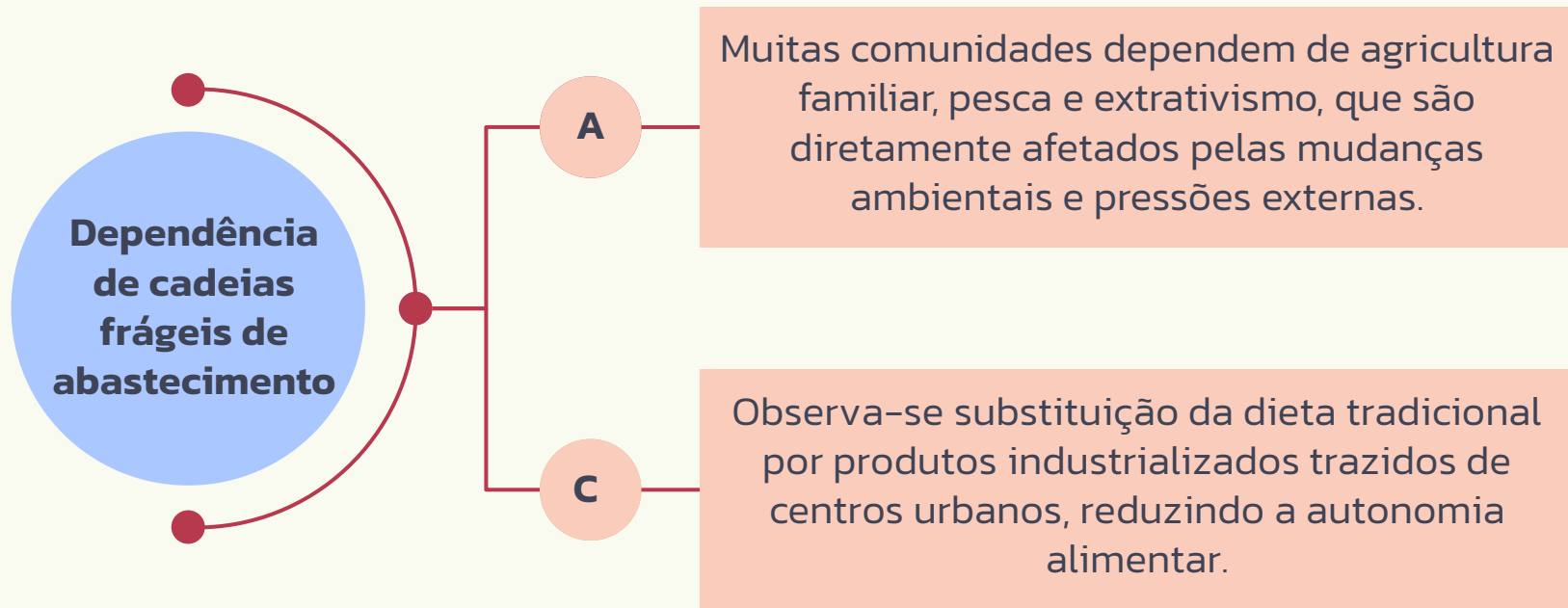


Desafios logísticos e ambientais

A Amazônia enfrenta impactos severos de estiagens históricas, cheias extremas e queimadas, que comprometem transporte fluvial e acesso a alimentos.

Essas condições climáticas tornam o abastecimento irregular e aumentam a vulnerabilidade das populações ribeirinhas e **indígenas**.

Barreiras ao acesso e à produção alimentar na Amazônia



**Que medidas podem fortalecer a integração
entre governos, sociedade civil e
organismos internacionais para enfrentar
os desafios da Amazônia?**

Integração e intersectorialidade

Como integramos ações no território

01

Planos de ação integrados

baseados em perfis de risco
local e avaliações
multissetoriais

02

Coordenação local fortalecida

alinhada a planos nacionais e
municipais de resposta à
emergência

03

Formação intersectorial de ACS, AISANs e AISs

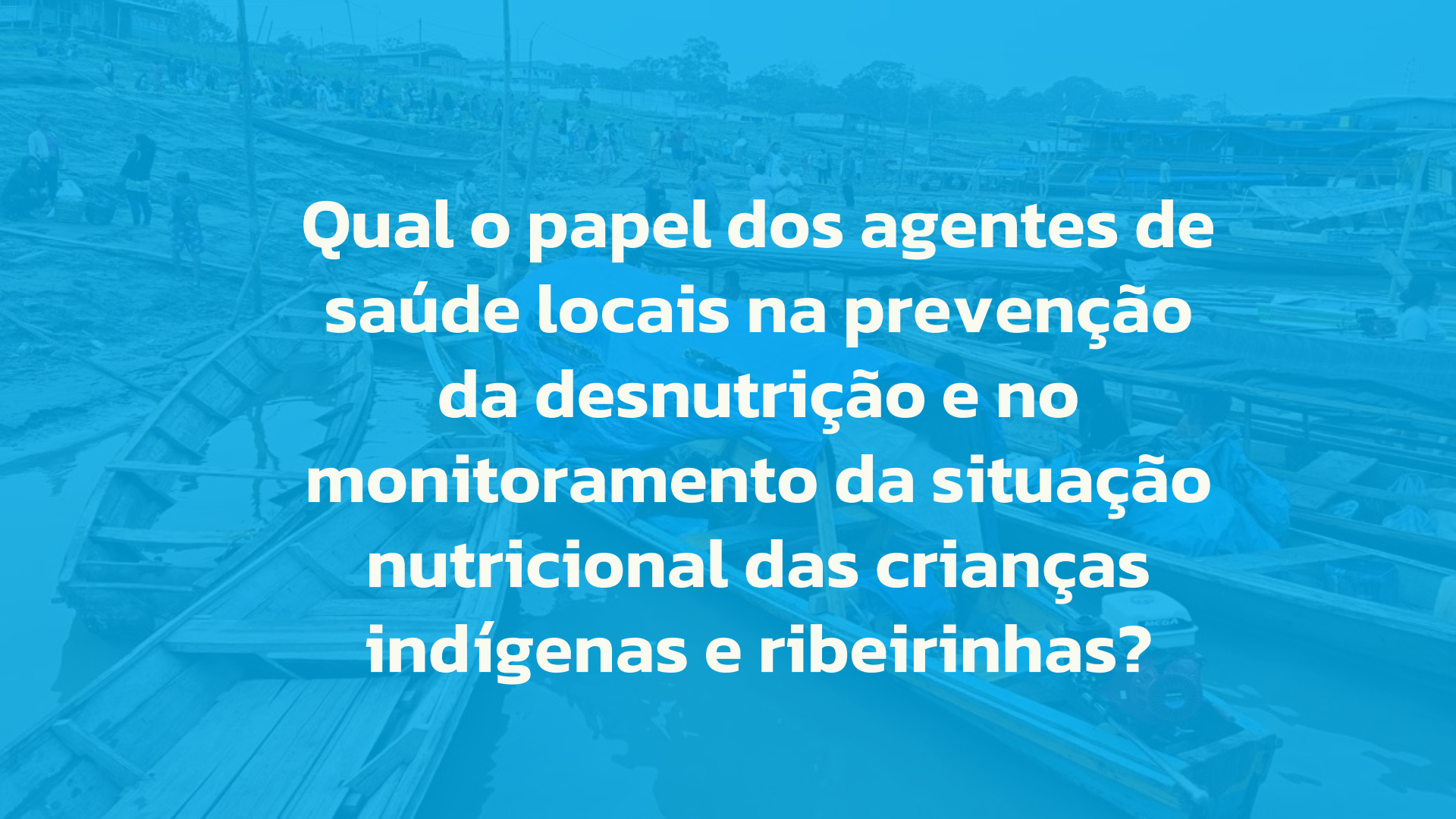
abordando saúde e nutrição

04

Mobilização de lideranças comunitárias

para diagnóstico e prevenção
de agravos da estiagem





**Qual o papel dos agentes de
saúde locais na prevenção
da desnutrição e no
monitoramento da situação
nutricional das crianças
indígenas e ribeirinhas?**

Fortalecimento de capacidades locais

Contratação

de mobilizadores comunitários, jovens comunicadores. Interprete e cozinheiras, promovendo o protagonismo comunitário e a economia local

Valorização dos saberes tradicionais

Distribuição de materiais técnicos adaptados à realidade local, incluindo guias bilíngues traduzidos para nheengatu, Baré, Baniwa, Tucano e Ticuna, valorizando os saberes tradicionais e a diversidade cultural

Capacitação

Realização de formações com enfermeiras, AIS, AISAN, parteiras, pajés, caciques e lideranças comunitárias, com foco em AIDPI, vigilância nutricional, vacinação, manejo da desnutrição e prevenção da diarreia e WASH

Valorização da escuta comunitária

e dos mecanismos de feedback locais, que contribuíram para o ajuste das estratégias e maior legitimidade das ações em campo

Incentivo a economia local

Serviços locais e aquisição de insumos para geração de renda e valorização comunitária

Execução descentralizada

O UNICEF atuou para viabilizar que organizações da sociedade civil (OSCs) e grupos comunitários do próprio território pudessem liderar ou executar ações diretamente nas comunidades

Fortalecimento da Capacidade Locais: Desafios e Lições aprendidas



Desigualdade de acesso a oportunidades de capacitação entre regiões e públicos diversos, especialmente em áreas de difícil acesso

Desafios

A escuta ativa das comunidades é essencial para adaptar as soluções de alimentação, água e saneamento ao contexto local, respeitando a geografia, os saberes tradicionais e os modos de vida

Lições aprendidas

Capacitar agentes locais e valorizar saberes tradicionais fortaleceu a autonomia das comunidades e demonstrou que a execução descentralizada é eficaz quando acompanhada de apoio técnico e institucional

Lições aprendidas

Capacitar os AIS em AIDPI permitiu classificar casos graves no próprio território, evitando remoções, reduzindo custos públicos e garantindo resposta rápida em áreas remotas

Lições aprendidas

Estratégias para superar os desafios



UAPI

Unidade Amiga
da Primeira
Infância

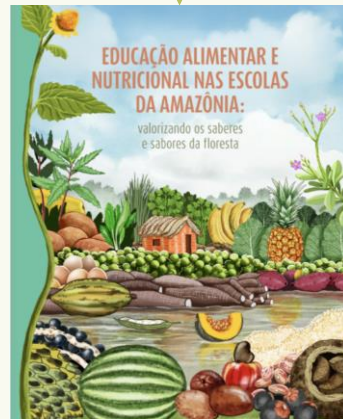
**Selo
Unicef**



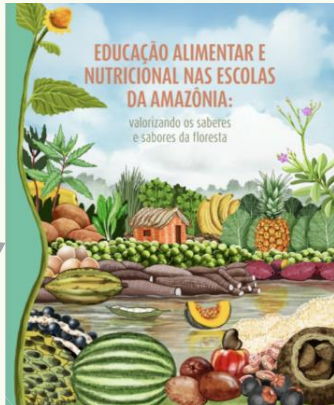
**VAN de base
comunitária**

9.000 Capacitados –
AIS, ACS, Lideranças
Indígenas e
Comunitárias

**Parcerias
Institucionais**



Objetivo



Desenvolver um material didático de EAN regionalizado e contextualizado para as escolas da Amazônia, a fim de apoiar professores e ACS no planejamento e execução de atividades de EAN integradas aos contextos locais das comunidades.

117 professores e ACS de comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas participantes dessa construção.

Compartilhamento de saberes e sabores locais.



Resultados

Capítulo 1: Aos professores e Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) do beirão

Sabores e saberes da Amazônia

De card-romo a card-açu, de tucunaré a tucumá, as roças, as florestas e os rios amazônicos oferecem uma riqueza enorme de alimentos e nutrientes essenciais para nossa saúde. Porém, a Amazônia está seguindo uma tendência global preocupante: uma crise de saúde causada pela má alimentação. Converse com os mais velhos, de qualquer comunidade, e ouvirá uma história parecida: a alimentação era mais natural, baseada no peixe, na caça, em frutas e plantações, enquanto hoje alimentos como salsicha, miolo e refrigerante estão se tornando cada vez mais comuns. O aumento do consumo desses empacotados, que chamamos de "ultraprocessados", tem acompanhado o aumento de casos de obesidade, diabetes e pressão alta. Coincidência? Não é.

Por outro lado, comer de forma saudável ajuda a evitar essas doenças e promove a saúde. Já sabemos que a macaxeira é mais saudável que o miolo, o salsinha é mais nutritivo que a salsicha; e o suco natural de cupuaçu é melhor que o suco de pacotinho. Mas, além do conhecimento popular, é fundamental trabalhar esse tema na escola para entender porque alguns alimentos fazem mal e outros fazem bem; para valorizar os alimentos locais; para questionar a propaganda dos ultraprocessados; e para estimular bons hábitos desde cedo.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) pode nos ajudar a comer melhor em todas as fases da vida, sendo a escola um espaço estratégico para promover essas ações. No entanto, garantir o acesso à EAN nas escolas da Amazônia não é a única dificuldade. Os conteúdos sobre alimentação presentes nos livros didáticos, muitas vezes, não refletem a realidade local. O material didático fala sobre os benefícios de comer maçã e salmão – mas, onde está aqui e o tambaqui? Será que eles não são saudáveis também? Por que não são referências em imagens e conteúdos escolares?

A verdade é que a Floresta Amazônica oferece saúde para sua população – quando se sabe aproveitar bem o que ela fornece.

Para que serve este livro? E para quem?

Este livro foi criado para apoiar professores e Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) na promoção, no planejamento e na execução de atividades da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na Amazônia. Por que professores e ACSs? Porque são multiplicadores de informação que trabalham, diariamente, com educação e saúde; cotidianamente, com estudantes, famílias e comunidades.

A EAN tem nove princípios que ajudam no planejamento do processo de ensino e aprendizagem na escola:



Fonte: Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, 2012.

Para promover EAN na escola, é essencial contar com parceiros que compartilhem conhecimentos sobre alimentação saudável. Entre eles, estão nutricionistas, gestores escolares, professores, cozinheiros, agricultores familiares, famílias, conselheiros de alimentação escolar, agentes comunitários de saúde e outros profissionais da área.



NÃO ESQUEÇA: a EAN não é fortalecida com ações isoladas, como palestras esporádicas em um único componente curricular. Para ter impacto, deve ser planejada, integrada ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e incorporada à rotina escolar por meio de diversas abordagens, envolvendo toda a comunidade escolar.

Mais que só Ciências: a EAN atravessa o currículo

Os livros didáticos costumam abordar a alimentação nos conteúdos de Ciências, tornando esse componente curricular uma porta de entrada para o tema na escola. Porém, EAN é um tema necessário para a formação dos estudantes e não deve ficar restrita apenas a essa área. É fundamental que outros componentes curriculares, como Língua Portuguesa, Matemática, Artes, Geografia, História, Educação Física e Ensino Religioso, também incorporem essa temática ao currículo de forma prática e significativa. Dessa maneira, os estudantes podem aprender sobre alimentação saudável de diferentes formas, conectando o tema à sua cultura, ao seu cotidiano e à sua realidade local.

Está na lei!

EAN é um tema transversal no currículo escolar, segundo a Lei Nº 13.666/2018. Isso quer dizer que, além de sua abordagem ser obrigatória, ela deve estar presente não apenas no componente curricular de Ciências, mas também nos demais componentes curriculares da educação básica.



Obrigada!

Neideana Ribeiro
nribeiro@unicef.org